



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Estudo Técnico Preliminar N° 44/2025

ÁREA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Educação e Cultura

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (INCISO I)

A presente contratação tem por objeto a elaboração do Projeto Museológico e Museográfico do Museu Missioneiro, cuja edificação será implantada na Av. Presidente Vargas, nº 1758, no Município de São Borja/RS, com área construída de aproximadamente 382,03m², conforme projeto básico e memorial descritivo anexos.

O serviço é necessário para garantir o planejamento técnico e conceitual do museu, que norteará sua implantação, funcionamento e gestão futura. O projeto museológico e museográfico é documento essencial previsto na **Lei nº 11.904/2009 (Estatuto de Museus)** e no **Decreto nº 8.124/2013**, sendo indispensável para orientar a política de acervo, a concepção das exposições, o plano educativo, a comunicação institucional, a segurança, a acessibilidade e a sustentabilidade do equipamento cultural.

Justifica-se a contratação pela importância de se estabelecer as diretrizes museológicas, museográficas e curatoriais que garantirão coerência conceitual ao espaço físico em construção, além de possibilitar a captação de recursos, parcerias e a valorização do patrimônio histórico-cultural missioneiro. Trata-se, portanto, de medida de interesse público, alinhada à política municipal de preservação e difusão cultural.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (INCISO II)

A presente contratação está em consonância com o planejamento estratégico da Administração Municipal, que visa ao fortalecimento da identidade cultural missioneira, ao incentivo ao turismo histórico e à valorização do patrimônio material e imaterial de São Borja.

Considerando que o Município de São Borja ainda não possui Plano de Contratações Anual, e tendo em vista a natureza específica do objeto, a contratação justifica-se pela necessidade de serviço técnico especializado que subsidiará a efetiva implantação do Museu Missioneiro, integrando o conjunto de ações previstas na construção da edificação e sua futura operacionalização.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DO OBJETO (INCISO III)

Contratação de empresa ou equipe técnica especializada para elaboração dos projetos Museológico e Museográfico do Novo Museu Missioneiro, a ser implantado no município de São Borja/RS.

O serviço deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

1. Relatório de Diagnóstico Museológico e Acervo.
2. Plano Museológico completo.
3. Projeto Museográfico detalhado, com plantas, cortes, perspectivas e memoriais descritivos.
4. Roteiro Expositivo e Narrativa Curatorial.
5. Memorial de Especificações Técnicas e Orçamento Referencial.

A execução será realizada por profissional ou empresa especializada em Museologia, devidamente registrada no Conselho Regional de Museologia (COREM), com comprovada experiência em elaboração de projetos museológicos e museográfico ou correlatos. A contratação será realizada por licitação na modalidade de pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço, nos termos dos artigos 17, §2º, e 34 da Lei nº 14.133/2021.

A contratação será fundamentada nos elementos constantes do **projeto básico**, conforme disposto no art. 6º, inciso XII da Lei nº 8.666/1993, que define o projeto básico como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, assegurando sua viabilidade técnica, a avaliação dos custos e a definição dos métodos e prazos de execução.

O serviço será executado por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

O objeto a ser contratado possui escopo predefinido, com prazo de execução estabelecido no Projeto Básico.

O(s) licitante(s) deverá(ão) demonstrar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível ou superior em características com o ora licitado, na parcela de maior relevância, que no caso é a execução, de Projeto



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

museológico e museográfico com quantidades mínimas de 50% (cinquenta por cento), conforme § 2º do art. 67 da Lei 14.133/21.

Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (INCISO IV)

As quantidades foram mensuradas considerando-se os dados do Projeto Básico e pranchas técnicas em anexo ao processo, resumidamente apresentadas abaixo:

Item	Local	Área	VALOR
Museologia do Museu Missioneiro	Av. Presidente Vargas, nº 1758	382,03m ²	R\$ 240.650,00

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL (INCISO V E VI)

a) Elaboração do projeto por equipe técnica própria da Administração Municipal

- **Viabilidade de mercado:** Inexistente. O Município de São Borja não possui em seu quadro funcional profissional museólogo habilitado e registrado no COREM, tampouco equipe técnica multidisciplinar com experiência na elaboração de projetos museológicos, museográficos e de gestão de acervos.
- **Viabilidade econômica:** Parcial. Embora a execução interna pudesse representar economia direta em custos contratuais, a ausência de corpo técnico especializado inviabiliza a entrega de um produto que atenda às normas e exigências legais do setor museal, o que implicaria risco de retrabalho e perda de recursos públicos.
- **Viabilidade operacional:** Inviável. A Administração Municipal não dispõe de estrutura, equipamentos nem metodologias específicas de Museologia para a elaboração do projeto, tampouco de tempo hábil para capacitar servidores sem comprometer o cronograma de implantação do museu.

b) Celebração de parceria com entidade cultural ou organização da sociedade civil, como a AIPA (Associação dos Amigos do Patrimônio e do Museu Missioneiro)

- **Viabilidade de mercado:** Parcial. A AIPA atua na preservação do patrimônio cultural missioneiro, porém não possui quadro técnico permanente com formação e registro profissional em Museologia, sendo mais indicada como parceira de apoio



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

em atividades de promoção e gestão cultural, e não como executora de projeto técnico especializado.

- **Viabilidade econômica:** Moderada. A formalização de parceria por meio de termo de fomento ou colaboração exigiria processo administrativo próprio, plano de trabalho, metas e prestação de contas, o que aumentaria prazos e custos indiretos de gestão. Além disso, a ausência de equipe técnica qualificada poderia exigir contratação de terceiros pela própria entidade.
- **Viabilidade operacional:** Limitada. Embora a AIPA disponha de vínculo institucional com o Museu Missioneiro e experiência em ações culturais, não possui infraestrutura técnica, equipamentos nem metodologia adequada para desenvolvimento de um projeto museológico e museográfico completo conforme as diretrizes do IBRAM.

c) Contratação de empresa ou profissional técnico especializado em Museologia e Museografia mediante procedimento licitatório

- **Viabilidade de mercado:** Alta. Existe oferta consolidada de empresas e profissionais museólogos/museográficos registrados no COREM, atuando em projetos semelhantes em nível regional e nacional. O mercado apresenta capacidade técnica comprovada e portfólio de trabalhos para órgãos públicos, universidades e instituições culturais.
- **Viabilidade econômica:** Alta. A pesquisa de mercado demonstra preços compatíveis com a realidade orçamentária do Município e com o porte do equipamento cultural (382,03m²). O modelo licitatório, com critério de julgamento por menor preço global, assegura a seleção da proposta mais vantajosa e promove a competitividade.
- **Viabilidade operacional:** Alta. A contratação de profissional ou empresa especializada garante a execução por equipe técnica qualificada, com domínio das normas museológicas e experiência em elaboração de planos museológicos e execução museográfica, assegurando a integração entre o projeto técnico e a edificação já projetada.

6. ANÁLISE E COMPARAÇÃO DAS SOLUÇÕES EXISTENTES E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ELEITA DE ACORDO COM A VIABILIDADE DE MERCADO, ECONÔMICA E OPERACIONAL. (INCISO VII E XIII)

- a) Elaboração do projeto por equipe técnica própria da Administração Municipal:** Alternativa inviável técnica e operacionalmente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- b) Celebração de parceria com entidade cultural ou organização da sociedade civil, como a AIPA:** Alternativa parcialmente viável, podendo ser considerada apenas como parceria complementar de apoio, e não como solução principal para execução do objeto.
- c) Contratação de empresa ou profissional técnico especializado em Museologia/museografia mediante procedimento licitatório:** Alternativa plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico e operacional, representando a solução mais segura, eficiente e adequada ao interesse público.

Dentre as alternativas avaliadas, a contratação de empresa ou profissional técnico especializado em museologia/museografia mediante procedimento licitatório é a que apresenta maior viabilidade de mercado, econômica e operacional, sendo, portanto, a solução eleita para atender de forma adequada, segura e eficiente à necessidade de elaboração do projeto museológico e museográfico do museu missioneiro de São Borja.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (INCISO VIII)

O princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação, tendo em vista que eventual divisão do objeto geraria perda de economia de escala e causaria inviabilidade técnica, pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual frente a falta de padronização e uniformização.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (INCISO IX)

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexecutável e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (INCISO X)

Atuará como gestor do contrato firmado posterior ao processo licitatório:

Nome: Maria de Lourdes Miranda Balbueno Rocho

Cargo/Função: Secretária da SMEC – Decreto nº 20.987/2025



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Atuará como fiscal titular do contrato firmado posterior ao processo licitatório

Nome: Diego Bicca

Cargo: Arquiteto e Urbanista – CAU A820113

Atuará como fiscal substituto do contrato firmado posterior ao processo licitatório

Nome: Antônio Francisco Correa Pinto

Cargo: Arquiteto e Urbanista – CAU A873284

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (INCISO XI)

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações de acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

Os serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (INCISO XII)

A observância de normas e critérios de sustentabilidade;

- O emprego apurado e racional dos recursos públicos;
- A conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- O uso de agregados reciclados, sempre que houver disponibilidade no mercado;
- A remoção apropriada dos resíduos, conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos;
- A observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas, como as do INMETRO e da ABNT.

No caso específico desta contratação, referente à elaboração do Projeto Museológico e Museográfico do Museu Missioneiro de São Borja, não há intervenção física direta no meio ambiente, tratando-se de uma atividade técnico-intelectual voltada ao planejamento conceitual, organizacional e expositivo do futuro museu.

Dessa forma, o impacto ambiental direto é nulo ou insignificante, visto que não ocorrerá movimentação de solo, geração de resíduos, consumo de recursos naturais ou emissão de poluentes.

Ainda assim, o projeto deverá incorporar diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade ambiental que orientem as futuras etapas de implantação e operação do museu, contemplando o uso de materiais de baixo impacto ambiental, eficiência energética, gestão adequada de resíduos e promoção de ações educativas voltadas à preservação do patrimônio cultural e natural.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

12. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nas informações levantadas ao longo do ETP, bem como em análise ao demais documentos apresentados pela equipe técnica da SMEC (Projeto básico e orçamentos), declaramos a viabilidade de contratação. Realizadas as tarefas pertinentes ao ETP, encaminho o documento solicitando ciência e aprovação para posterior elaboração do Termo de Referência.

São Borja/RS, 23 de Novembro de 2025.

Wagner Galle Caetano
Coordenador Dpto de
Projetos Especiais da
SMEC
Decreto nº 21.033/2025

Maria de Lourdes Miranda
Balbueno Rocho
Secretária da SMEC
Decreto nº 20.987/2025

(X) Defiro

() Indefiro

JOSÉ LUIZ RODRIGUES MACHADO
Prefeito de São Borja/RS